



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES
DIRETORIA GERAL

P R O T O C O L O

PROCESSO nº 058/2001 de 26 de março de 2001

INTERESSADO: VEREADORES VALDECIR RUBBO E MARIO GABARDO

LOCALIDADE: BENTO GONÇALVES

ASSUNTO: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL
A SERVIDORES E PROFESSORES MUNICIPAIS EFETIVOS NO MUNICÍPIO
DE BENTO GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PROJETO-DE-LEI nº 007/2001 de 26 de março de 2001

COMISSÕES DE: CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, EDUCAÇÃO E PATRIMÔNIO HISTÓRICO

ARQUIVADO EM: _____

Secretário-Geral

Arquivado em 10.04.2001 (por meus contrários)



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves

Palácio 11 de Outubro

Exmo. Sr.

Vereador CLÓRIS PASQUALOTTO

Presidente da Câmara Municipal

NESTA CASA



O Vereador **VALDECIR RUBBO**, Líder da Bancada do PARTIDO DEMOCRÁTICO TRABALHISTA - PDT -, vem respeitosamente à presença de V.Exa., encaminhar para apreciação, deliberação e votação do Plenário desta Casa, Projeto de Lei que **AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR A GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A SERVIDORES E PROFESSORES MUNICIPAIS EFETIVOS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS**.

O Projeto de Lei que segue em anexo tem por finalidade em autorizar o Poder Executivo a instituir a gratificação especial aos servidores e professores efetivos do nosso Município.

Há poucos dias, foi aprovado Projeto de Lei o qual veio beneficiar alguns servidores do nosso Município. Com este Projeto, queremos que todos os servidores e professores do Município sejam beneficiados com a gratificação especial.

Neste sentido, esperamos contar com o apoio e a aprovação da presente matéria por todos os Vereadores.

Nestes Termos,
pede deferimento.

Bento Gonçalves, 26 de março de 2001.

Vereador **VALDECIR RUBBO**

Líder da Bancada do PDT

Vereador **MÁRIO GABARDO**

Líder da Bancada do PMDB



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves

Palácio 11 de Outubro

PROJETO DE LEI Nº 007, DE 26 DE MARÇO DE 2001.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A INSTITUIR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A SERVIDORES E PROFESSORES MUNICIPAIS EFETIVOS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a instituir gratificação especial a servidores e professores municipais do Quadro de Cargos de Provimento Efetivo, atribuída a critério do Chefe do Poder Executivo.

Art. 2º - A gratificação que trata o artigo anterior será atribuída mediante Portaria, e será em valor equivalente a até 10 (dez) vezes o valor do padrão da FG-6.

Art. 3º - O Servidor e o Professor Municipal concursados e estáveis na data da promulgação desta Lei, poderão incorporar, aos seus vencimentos, o percentual de 20% (vinte por cento) ao ano, nos próximos cinco anos, até o limite de 100% (cem por cento), de forma consecutiva ou intercalada. Para os demais, admitidos por concurso doravante, poderão incorporar aos seus vencimentos o percentual de 20% (vinte por cento), no primeiro ano do exercício efetivo, e mais 20% (vinte por cento) a cada dois anos, até o limite de 100% (cem por cento), de igual forma.

Art. 4º - A contribuição do servidor e professor municipal para o Fundo de Aposentadoria e Pensão do Servidor Público Municipal de Bento Gonçalves - FAPSBENTO, será sobre o total dos vencimentos auferidos.

.../



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Câmara Municipal de Bento Gonçalves
Palácio 11 de Outubro

.../

Art. 5º - A despesa decorrente desta Lei será atendida por dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e um.

DARCY POZZA
Prefeito Municipal



ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES

Handwritten signature and initials in blue ink.

PARECER Nº 036
Processo 058/2001

O Senhor Presidente encaminha para exame e parecer desta Assessoria Jurídica, o Projeto de Lei que "Autoriza o Poder Executivo a instituir gratificação especial a servidores e professores municipais efetivos no Município de Bento Gonçalves e dá outras providências".

Inicialmente cumpre ressaltar que qualquer modificação de vantagens pecuniárias a servidores públicos é de exclusiva competência do Executivo Municipal, até porque com a Lei de Responsabilidade Fiscal o Município não pode extrapolar o percentual indicado na Lei. Lembrando ainda o disposto no art. 38 da L.O.M.

No entanto, o presente Projeto utiliza a expressão "Autoriza" e, desta forma, o Prefeito poderia sancionar tal Projeto suprindo uma dúvida quanto ao Vício de Origem.

Também cabe ressaltar, que o presente Projeto não obriga o Executivo a conceder a vantagem descrita apenas estende a todos os servidores vantagem já concedida em outro projeto que recentemente tramitou nesta Casa.

Finalmente, cabe referir que não se poderia criar através da remuneração diferença entre servidores estáveis e os que estariam prestes a se tornarem estáveis.

Desta forma, o Projeto não possui condições para sua tramitação e votação.

s.m.j. é o parecer.

Palácio 11 de Outubro, aos dez dias do mês de abril de dois mil e um.

Assessoria Jurídica:

Handwritten signature in blue ink over a horizontal line.

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVESPARECER:

Processo N.º: 058/2001

AUTOR: VEREADORES VALDECIR
RUBBO E MARIO GABARDO.ASSUNTO: AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A
INSTITUIR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL A SER-
VIDORES E PROFESSORES MUNICIPAIS EFETI-
VOS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RELATOR: Vereador

Parecer COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA.

A Comissão Técnica Permanente de Constituição e Justiça desta Casa, por seus membros abaixo subscritos, ao proceder a análise do Processo nº 058, que insere o Projeto de Lei de nº 007, de 26 de março de 2001, o qual **"Autoriza o Poder Executivo a instituir gratificação especial a servidores e professores municipais efetivos no Município de Bento Gonçalves e dá outras providências"**, emite seu parecer no sentido de que a matéria não tem condições de tramitar e ser votada, porque afronta o artigo 38, inciso III da Lei Orgânica, que estabelece a iniciativa privativa do Prefeito, projetos que tratem de vencimentos e vantagens dos servidores, ou de qualquer modo, aumentem a despesa pública.

Na análise do projeto, verifica-se de plano que o mesmo trata de vantagens à servidores, e conseqüentemente, aumenta a despesa pública. Logo, esta Comissão é de parecer contrário a tramitação e votação do projeto.

Sala das Sessões, aos dez dias do mês de abril de dois mil e um.

Vereador **JAURI PEIXOTO**
Vice-Presidente

Vereador **ÊNIO DE PARIS**
Membro Efetivo

Vereador **SÉRGIO LUIZ GALLINA**
1º Suplente